



## **O Serviço de Assistência São José Operário: da assistência social à educação para cegos (1956-1963)**

Fernanda Luísa de Miranda Cardoso

Silvia Alicia Martínez

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Brasil)

### **Resumo**

Este trabalho se propõe a compreender o percurso e o significado social do Serviço de Assistência São José Operário, dentro de um contexto de interior do estado do Rio de Janeiro, nos anos iniciais de sua fundação, a partir de 1956, até 1963, quando implantou um educandário para cegos. Idealizado pela filha de um proprietário de duas usinas de açúcar de Campos, em conjunto com algumas mulheres da elite local, o Serviço de Assistência aglutinou as práticas da filantropia, da caridade cristã e das subvenções do poder público. Destacam-se as contribuições teóricas de Magalhães (1998), em relação à pesquisa de instituições educativas. Metodologicamente, prioriza-se a técnica da triangulação das fontes, por meio dos documentos do arquivo histórico da instituição, da imprensa jornalística e de entrevistas orais. Identificou-se uma rede de sociabilidade composta por: Estado, indústria do açúcar, alta sociedade campista, elite feminina, igreja católica e clubes de serviço.

Palavras-chave: Instituições assistenciais. História da educação. Educação especial. Educação para cegos.

1

## **The São José Operário Assistance Service: from social assistance to education for blind persons (1956-1963)**

### **Abstract**

This article intends to understand the course and social meaning of the São José Operário Assistance Service, within a countryside context of the state of Rio de Janeiro in the initial years of its foundation, from 1956 to 1963, when it implemented an institution for blind persons. Conceived by the daughter of the owner of two of Campos' sugar mills, together with some women of the local elite, the Assistance Service simultaneously brought together the practices of philanthropy, Christian charity, and public subsidies. We highlight the theoretical contributions of Magalhães (1998) in relation to the research of educational institutions. Methodologically, we prioritize the technique of triangulation of sources, through documents from the institution's historical archive, the press and oral interviews. A network of sociability was identified: State, sugar industry, Campos' high society, women's elite, catholic church and service clubs.

Keywords: Assistance institutions. History of Education. Special education. Education for blind persons.

## El Servicio de Asistencia São José Operário: de la asistencia social a la educación para ciegos (1956-1963)

### Resumen

Este trabajo se propone a comprender el y el significado social del Servicio de Asistencia São José Operário, dentro de un contexto de interior del estado de Río de Janeiro, en los años iniciales de su fundación, a partir de 1956, hasta 1963, cuando implantó una institución para ciegos. Ideado por la hija de un propietario de dos industrias de azúcar de Campos, junto con algunas mujeres de la élite local, el Servicio de Asistencia aglutinó las prácticas de filantropía, de la caridad cristiana y de subvenciones del poder público. Se destacan las contribuciones teóricas de Magalhães (1998) en relación a la investigación de instituciones educativas. Metodológicamente, se prioriza la técnica de la triangulación de las fuentes por medio de los documentos del archivo histórico de la institución, la prensa periodística y entrevistas orales. Se identificó una red de sociabilidad compuesta por: Estado, industria del azúcar, alta sociedad de Campos, elite femenina, iglesia católica y clubes de servicio.

Palabras clave: Instituciones asistenciales. Historia de la educación. Educación especial. Educación para ciegos.

### Introdução

2

No primeiro dia do mês de maio do ano de mil novecentos e cinquenta e seis, da era cristã, às dezesseis horas, no salão principal da residência [...] reuniram-se senhoras da alta sociedade, desta cidade, com o objetivo de fundar uma instituição social [...] (LIVRO DE ATAS DO SASJO, 1956, p. 1).

O livro de Atas preserva e revela os primeiros registros do discurso oficial e das práticas do Serviço de Assistência São José Operário desenvolvidas por um grupo de "senhoras da alta sociedade", no município de Campos<sup>1</sup>, interior do estado do Rio de Janeiro. O significado social e o surgimento desse Serviço de Assistência são analisados em um contexto social local e regional considerando as conexões estabelecidas com uma rede de sociabilidade que envolvia a elite local, a igreja católica, o Estado e os clubes de serviço. Nos fundamentos e nas práticas dessa instituição, podem ser percebidas a influência e as ações da caridade cristã, da filantropia e das políticas sociais promovidas pelo poder público com a finalidade de atender ao pobre e, posteriormente, aos cegos.



Retornando ao início do século XX, visando fundamentar essas práticas, identifica-se o discurso higienista entre os médicos e a elite, que considerava o pobre um problema para a cidade, além do operário que também era motivo de preocupação para os filantropos. Até então, historicamente, a caridade cristã vinha sendo o principal meio pelo qual as pessoas pobres e/ou com deficiência tinham acesso a algum tipo de assistência social e proteção. Grande parte das instituições que prestava esse tipo de assistência era de iniciativa privada e de natureza religiosa, principalmente de vertente católica.

As ordens católicas estrangeiras femininas encontraram um momento propício para se instalar no Brasil, pós-proclamação da república, quando prevalecia a difusão das ideias liberais europeias e o projeto ultramontano, sendo que este último viu na mulher um potencial para a disseminação da visão e das práticas católicas (ORLANDO, 2016).

A filantropia pode ser considerada uma laicização da caridade cristã, porquanto o que era, para o religioso virtude cristã, para o filantropo era uma virtude social, tendo as práticas sociais motivações diferentes entre esses atores sociais, se for considerada a perspectiva de Duprat:

[...] a caridade, por ser obra piedosa, pressupõe a abdicação de toda vaidade de seu autor, propugnando o anonimato como valor máximo, enquanto que a filantropia, por ser um gesto de utilidade, tem na publicidade sua arma: visto que a publicidade provoca a visibilidade da obra e acirra a rivalidade entre os benfeitores (DUPRAT apud SANGLARD, 2003, s.p.).

3

Além do benemérito, vinculado aos meios abastados, com atuação por recursos particulares, a implantação do Serviço Social no Brasil expandiu a atividade do profissional que atua com fundamento legal, o assistente social. A pobreza e as demandas das crianças desvalidas, interpretadas como fenômeno social, passaram a ser identificadas e combatidas à luz da ciência, por influência de medidas higienistas da área médica, das ações educativas (CÂMARA, 2017), e das intervenções do incipiente Serviço Social.

Os movimentos operários ocorridos entre os períodos de 1917 a 1920 evidenciaram a “questão social” e os meios para atender a essa demanda. Nesse contexto, começaram a ser fundadas instituições assistenciais, parte delas de viés católico, apoiado por famílias abastadas, com foco nos indigentes, menores e mulheres, numa perspectiva de “[...] assistência preventiva, de apostolado social”. Visando contrapor “[...] o sindicalismo

autônomo de inspiração anarco-sindicalista” (IAMAMOTTO; CARVALHO, 2014, p. 176), o sindicalismo católico se desenvolveu com maior expressão, principalmente no interior. A expansão dessas instituições religiosas ocorreu a partir do Movimento Laico da Ação Social Católica, influenciando no processo de construção do Serviço Social no Brasil.

A primeira Semana de Serviço Social do Rio de Janeiro (1936) teve significativa influência na consolidação do Serviço Social na capital. Durante essa Ação Social, registrou-se, em relatório, a distinção entre obra social e ação caritativa, sendo aquela definida como preventiva, enquanto esta seria curativa. “Leva, esta, o remédio ao indivíduo atingido pelo mal, ao passo que a obra social vai procurar-lhe causas para combater em sua fonte” (IAMAMOTTO; CARVALHO, 2014, p. 178).

Nota-se que, geralmente, as mulheres dos primeiros cursos de formação social eram “[...] jovens formadas nos estabelecimentos religiosos de ensino, de representativa expressão feminina das famílias que compõem as diversas frações das classes dominantes e setores abastados aliados” (IAMAMOTTO; CARVALHO, 2014, p. 179).

4

No período do Estado Novo (1937-1945), a filantropia foi regulada pelo Estado com a criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), em 1938: “[...] o Estado não apenas incentiva a benemerência, mas passa a ser responsável por ela, regulando-a através do CNSS mantendo atenção aos pobres sem a definição de uma política [...]” (YAZBECK, 2008, p. 83).

“A Ação Social do Rio de Janeiro apresenta [...] um caráter de semifuncionalidade que aparece explicitamente no relato desse encontro [...]” (IAMAMOTTO; CARVALHO, 2014, p. 192), contando com o patrocínio de Darcy Vargas, primeira-dama, mais personalidades dos poderes legislativo, executivo e judiciário, além do exército, de diretores de departamentos, juntamente com senhoras da alta sociedade.

Na chamada era Vargas, também, destacou-se a fundação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), por Darcy Vargas, junto a mulheres de homens públicos que participavam do governo de Getúlio Vargas. Inicialmente, criada para atendimento de soldados e seus familiares, a LBA, ao longo dos anos, foi ampliando sua atuação frente à saúde, à educação e à assistência jurídica, de forma independente dos municípios e estados, e com intensa parceria de instituições assistenciais filantrópicas.



No final da década de 1950, o país foi permeado pelo impulso desenvolvimentista promovido pelo então presidente, Juscelino Kubitschek, visando ao desenvolvimento econômico brasileiro. A estreita relação do Estado com as instituições assistenciais filantrópicas, incluindo as de cunho religioso, apontava para uma linha de ação estratégica do poder público. A título de exemplo, registra-se que, naquele momento, houve uma mudança de posicionamento político da Igreja Católica em relação ao Estado:

[...] inicia, nesta fase, sua participação política mais ativa, só que, desta vez, do lado das reivindicações do dominados – numa ruptura sensível com aquele padrão de intervenção política no estilo da Liga Eleitoral Católica ou de apoio incondicional às “autoridades”. A presença de JK nos Encontros dos Bispos no Nordeste, em 1956 e em 1959, é significativa. Juscelino contaria com o apoio da Igreja (lembre-se da proteção ostensiva entre JK e Dom Helder Câmara) para seus projetos de desenvolvimento, assim como reconheceria seu importante papel da Igreja em suas mensagens sobre a criação da SUDENE (INEP, 1987, p. 9-10).

Nessa conjuntura nacional, o município de Campos presenciava também os sinais do desenvolvimento, sendo considerado uma das maiores e modernas cidades do Estado do Rio de Janeiro do período (IBGE, 1959). Campos tem um histórico de padrões sociais de tipo conservador, de tradição econômica sucroalcooleira, e de uma cultura religiosa predominantemente católica. Os proprietários de usinas de açúcar, chamados de “usineiros”, e suas respectivas famílias, detinham o lugar de maior prestígio social na cidade.

Em meados do século XX, a cidade oferecia serviços modernos e entretenimento para a elite campista<sup>2</sup>. Em contrapartida, a desigualdade social marcou a sociedade desse período. Se aos homens da aristocracia açucareira era reservado o mundo dos negócios e da política, as mulheres, frequentadoras dos melhores colégios da capital do país, eram educadas para a vida social e a filantropia (MARTINEZ; CARDOSO, 2016).

Nesse contexto, foi fundado o Serviço de Assistência São José Operário, formado a partir das ações da filantropia, da caridade cristã, e das subvenções do poder público, como será explicitado no decorrer do texto.

Neste trabalho, foram considerados os apontamentos metodológicos de Magalhães (1998) a respeito da pesquisa de instituições educativas:

Os processos de escolarização são uma relação histórica entre uma instituição em debate e construção, com a sua especificidade, por um lado, as culturas, os públicos e as políticas, tomadas nas suas acepções conjunturais e estruturais, mas também nas suas especificidades locais, por outro, e por fim, os sujeitos e os agentes, suas práticas, expectativas, representações e apropriações (MAGALHÃES, 1998, p. 58).

Tendo em vista que não foram identificados registros acadêmicos acerca da instituição, com o mesmo objeto de análise aqui proposto, recorreu-se à pesquisa documental e às fontes primárias do acervo privado, localizado na própria instituição, como atas, estatuto; e aos periódicos de grande circulação na época.

Registra-se que foram realizadas pesquisas no Arquivo Municipal de Campos Waldir Pinto de Carvalho, em jornais locais, principalmente o "Monitor Campista" e "A Folha do Comércio", buscas que oportunizaram o registro de várias notas sobre o Serviço de Assistência São José Operário, as quais revelaram muitos aspectos da vida social dos atores que envolvem esta pesquisa e sua importância na sociedade campista e no processo de criação e manutenção da associação.

6

Ademais, foram significativos os resultados das pesquisas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. O discurso institucional foi analisado sob a perspectiva da técnica da triangulação das fontes, que combina diferentes métodos de coleta de dados, cruzando tipos diversos de fontes, a fim de viabilizar maior solidez aos resultados da pesquisa, seguindo novas tendências e novas soluções, da historiografia da educação (MAGALHÃES, 2107). Neste trabalho, combinaram-se as fontes dos documentos do arquivo histórico da instituição, da imprensa jornalística e entrevistas orais, com destaque para a entrevista com a fundadora da instituição<sup>3</sup> (SANTOS, 2016).

A primeira etapa constituiu-se no registro fotográfico dos livros de atas do Serviço de Assistência São José Operário, documentos que nortearam a pesquisa no espaço temporal, para que, nelas, fosse possível identificar a ocorrência de eventos e datas marcantes para a instituição.

Este trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa mais ampla desenvolvida no Grupo de Pesquisa CNPq "Educação, Sociedade e Região", desde 2014, acerca da formação da cultura escolar e das políticas educacionais para os cegos no interior do Rio de Janeiro, na perspectiva da história da educação.



## Fundação e princípios regimentais

O Serviço de Assistência São José Operário (SASJO) é uma associação de caráter filantrópico, fundado em 1.º de maio de 1956, no município de Campos, no interior do estado do Rio de Janeiro, na região norte-fluminense, com o objetivo de prestar assistência aos pobres.

Inicialmente, a proposta da fundadora era promover uma campanha do cobertor no município de Campos. Em busca de orientações de como iniciar uma campanha do cobertor para o inverno dos pobres, consultou a sua ex-mestra do Colégio Sacré-Coeur de Marie (RJ). No relato da fundadora, gravado em vídeo para as comemorações do Jubileu de Ouro do Educandário de Cegos, em 1.º maio de 2013, ela conta:

O Serviço de Assistência São José foi fundado tendo eu uma conversa com a minha mestre de classe quando eu estudava no Colégio Sacré-Coeur de Marie [...] 'Mér Maria da Cruz, eu tive, em casa, uma vontade de fazer com amigas, que eu irei reunir em minha casa, uma campanha para o inverno dos pobres. Uma distribuição de cobertores. Então, vim aqui, para a senhora mais ou menos me orientar de que forma eu posso começar essa iniciativa' (SANTOS apud CARDOSO, 2016, p. 66).

7

Na primeira reunião, realizada na residência da fundadora, compareceram 19 mulheres; entre elas, parentes, amigas e vizinhas, ocasião em que foi definida a diretoria, para um mandato de 2 anos, e aquelas que desempenhariam a função de conselheiras da Instituição, tendo a fundadora assumido a presidência. As mulheres que participaram da diretoria do SASJO pertenciam, no geral, à elite campista (CARDOSO, 2016).

Nesse encontro, foi escolhido o nome da Obra, a saber, "Serviço de Assistência São José Operário", em homenagem a São José Operário, tendo em vista, também, que a instituição foi inaugurada em 1.º de maio, quando a igreja católica comemora o dia do santo. Na ocasião, foi definido o Estatuto do SASJO (SASJO, 1956), elaborado com contribuições de um padre.

O Estatuto estabelecia como finalidade precípua da associação: "auxiliar o pobre com alimentos, remédios, agasalhos e a difusão da moral cristã" (SASJO, Art. 1.º., parágrafo único, 1956). Para que essa finalidade fosse alcançada, os associados deveriam se esforçar:

[...] por se revestir do verdadeiro espírito patriótico e cristão, praticando especialmente as virtudes de retidão e fidelidade, de justiça e caridade”, [incluindo]: a) Retidão das intenções; b) Fidelidade no dever; c) Justiça para com todos; d) Caridade, sobretudo com os mais necessitados. [...] deve prevalecer em tudo o espírito de dedicação, de generosidade e de serviço. Por isso o lema do Serviço de Assistência São José Operário será sempre: SERVIR! (SASJO, art. 2.º, 1956).

Esse documento, entre outras peculiaridades, destaca a solenidade anual: “[...] a Festa de São José Operário, a 1.º de maio de cada ano, que deve ser celebrada com a maior pompa, fazendo-se neste dia a maior distribuição possível de víveres e roupas aos pobres, e realizando-se, na medida do possível, um almoço ou lanche para os pobres” (SASJO, art. 19, 1956). Também previa que “[...] 10% calculado sob as contribuições arrecadas seriam retidas pela Diretoria para construção da sede e suas benfeitorias” (SASJO, art. 21, 1956).

8 As primeiras reuniões da instituição aconteceram na própria residência da fundadora, passando a ser realizadas, a partir de 1957, em sede própria, no Edifício Lysandro, de propriedade de seu pai. O SASJO ocupava um andar desse edifício localizado ao lado da Catedral São Salvador, no centro da cidade.

Os registros aqui apresentados acerca do Estatuto do SASJO são relevantes de ser ponderados, pois ainda que o Estatuto possa não ter sido aplicado na íntegra, evidencia o pensamento oficial que impulsionava as práticas da instituição.

## A rede de sociabilidade

Identificar a rede social que as conselheiras formavam onde, ao mesmo tempo, estavam inseridas é importante para a compreensão de como essas relações influenciavam na divulgação e manutenção do Serviço de Assistência São José Operário (MARTINEZ, CARDOSO, 2016; MAGALHÃES, 1998).

A idealizadora da instituição era uma mulher abastada, filha de um homem público, Bartolomeu Lysandro. Proprietário, à época, de duas usinas sucroalcooleiras da cidade (São João e Poço Gordo), ele vinha ocupando





funções de prestígio social, como: presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar nos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo; presidente da Cooperativa dos Usineiros Fluminenses; presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar em Campos; presidente da Associação Comercial e Industrial de Campos. Além disso, havia exercido o mandato de vereador e exercia o de deputado federal (CARDOSO, 2016).

Algumas usinas do município, como a Usina São João, mantinham convênio com a prefeitura municipal “[...] com a finalidade de aplicar, na zona de arrecadação, integralmente, a taxa que [...] [incide] sobre a saca de açúcar produzido”, para aplicar em obras de caráter municipal como de pavimentação de rodovias (CONVÊNIO..., 1960, p. 1).

Bartolomeu Lysandro ingressou na vida política em 1954 no Partido Social Democrático (PSD) na campanha governamental do Rio de Janeiro apoiando a candidatura do Senador Pereira Pinto, proprietário das Usinas Santa Maria e Santa Isabel, localizadas na região. Posteriormente, passou a pertencer ao partido de direita, de oposição à Getúlio Vargas, União Democrática Nacional (UDN), que se opunha ao populismo por suas práticas de concessão de benefícios sociais, pois afirmavam que gerava um aumento do gasto público.

Atuou também como Provedor da Santa Casa de Misericórdia e foi um benemérito do Abrigo João Viana e do próprio Serviço de Assistência São José Operário. Faleceu em 7 de junho de 1956, na tribuna da Câmara dos Deputados, representando a UDN Fluminense, enquanto protestava contra a importação de açúcar pela Comissão de Financiamento à Produção-COFAP (órgão criado pelo governo para controle de abastecimento e de preços)<sup>4</sup>.

O grupo de mulheres da alta sociedade campista, que apoiou a fundadora na implantação do Serviço de Assistência era conhecido como as “Damas de São José” (MARTINEZ; CARDOSO, 2016). A respeito delas, a filha da fundadora informou, em entrevista, que sua mãe costumava afirmar que:

Lidar com as Damas de São José Operário é a mesma coisa de estar com uma bandeja de prata, cheia de taças de cristal, lotadas de champanhe, que uma borbulhazinha pode trincar uma. Entendeu? Um arzinho pode trincar uma. Ninguém ali ficava doída uma da outra, com ciúme uma da outra. [...] Mamãe tudo levava ao conhecimento delas! [...] ‘Ah, vamos ajudar a Nídia!’. Era o maior sucesso ajudar a Nídia... (LYSANDRO, 2015).

Ser parte da alta sociedade campista, em meados do século XX, significava pertencer à família de um usineiro, essencialmente. As alianças matrimoniais eram estimuladas a ser estabelecidas entre casais de mesmo “status” social. O meio social e os contatos sociais favoreciam a “[...] um aporte de recursos e potencial de contatos em termos de Estado que possibilita o planejamento de obras assistenciais de maior envergadura e eficácia técnica” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 176).

Os clubes de serviço, Rotary Clube e Lions Club de Campos, mantiveram uma relação ativa com a associação desde a inauguração da pedra fundamental (1959), financiando eventos, e posteriormente, investindo em recursos material e humano para o educandário de cegos (CARDOSO, 2018). O jornal Monitor Campista registrou a fundação de um núcleo do Lions Club no município de Campos (SERÁ..., 1956). Associação internacional de origem em Chicago, Estados Unidos, o Lions Club atuava nas seguintes áreas de interesse: pró-agricultura; ajuda aos cegos; civismo; educação; interesses da comunidade, Nações Unidas, obras públicas; prevenção de acidente; pró-juventude; saúde e bem-estar.

10 A representatividade católica também é marcante em todo o percurso da instituição. Devem ser consideradas a formação escolar da fundadora e a influência dos princípios da caridade cristã transmitidos nos colégios católicos de elite, coordenados por ordens de freiras, onde ela estudou. Como dito anteriormente, o nome da instituição, a elaboração do estatuto e as orientações das primeiras ações foram sugeridos por um padre da cidade e uma freira, que havia sido sua mestra no colégio, conforme relato da fundadora em entrevista (SANTOS, 2016). Cabe ressaltar também a atuação das irmãs vicentinas que, em parceria com o Serviço de Assistência São José Operário, assumiram a coordenação do Educandário para cegos, como será explicitado adiante.

Já a manifestação do poder público se configura principalmente pelas diversas subvenções do estado aplicadas na instituição, que serão descritas mais adiante, confirmando as estratégias de governo da época de investir nas instituições filantrópicas.

## As práticas sociais das “Damas de São José”

Na primeira reunião, a fundadora achou oportuno criar um grupo de visitadoras, “[...] que investigassem e levassem aos lares conforto, conselhos



espirituais e higiênicos". Nessa reunião, externou sua gratidão às senhoras, ali, presentes, "[...] sempre voltadas a tudo fazerem para proporcionar aos necessitados um meio de vida mais condizente com os princípios de humanidade e com o estado de progresso de nossa cidade" (LIVRO DE ATAS DO SASJO, 1956, p. 2 v.).

As mulheres do Serviço de Assistência realizavam visitas e doações de alimentos e lençóis ao Hospital Infantil e ao Abrigo João Viana. Solicitações de auxílio recebidas pelas irmãs da antiga Santa Casa de Misericórdia e do Asilo Nossa Senhora do Carmo foram atendidas. Alimentos também eram doados às famílias cadastradas pela Associação.

Não eram medidos esforços na busca de recursos para a manutenção das atividades da instituição social. Desde a primeira reunião, a fonte dos recursos foi discutida, quando foi proposto que a Diretoria e as Conselheiras buscassem sócios contribuintes para aporte mensal com valor de acordo com suas posses financeiras.

Os sócios foram assim categorizados: contribuintes e militantes. Os contribuintes auxiliavam o SASJO com um valor mensal de, no mínimo, Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros) e os militantes, além do auxílio mensal, ofereceriam seus serviços aos pobres, sob a orientação da Diretoria. Ainda, os sócios poderiam ter as seguintes distinções: fundador: aos que lançassem as bases ou que servissem de fundamento da associação; benemérito: aos que prestassem relevantes serviços ao SASJO; benfeitor: aos que contribuíssem com valiosos donativos; e o grande benfeitor: para os contribuintes com excepcional donativos. Constantemente eram feitas campanhas visando aumentar o número de sócios contribuintes, e promovidas festas para angariar fundos.

Os recursos provenientes de particulares eram recebidos por meio de doações dos beneméritos da alta sociedade campista, de arrecadação das festas; de shows beneficentes, promovidos pelas conselheiras do SASJO; pelas patronesses; e de clubes de serviço, como Rotary Club e Lions Clube.

Por intermédio dos jornais impressos da época, foi possível identificar diversas iniciativas de benemerência na cidade que promoviam eventos filantrópicos, inclusive os grupos escolares e demais instituições educacionais. A promoção de eventos sociais, então, era uma frequente estratégia para angariar fundos para as caixas escolares e para aproximar a comunidade da instituição (CARDOSO, 2016).

No primeiro ano da associação, foram distribuídas roupas para 500 meninos e 600 meninas, no campo do Goytacaz Futebol Clube e 265 enxovais para gestantes. Em ata, há o registro de agradecimento da presidente à imprensa campista e às duas estações de rádio: Rádio Cultura de Campos e Rádio Continental pela contribuição da divulgação do evento.

Uma das principais aplicações dos recursos adquiridos pelo SASJO era destinada à Campanha do Cobertor. Em julho de 1956 foram doados 1.232 cobertores com recursos provenientes de um jantar dançante e de um jantar no Automóvel Clube de Campos, organizado pela fundadora e pelas damas de São José, para a sociedade campista, a fim de apresentar e promover o Serviço de Assistência, que acabava de ser inaugurado, e para angariar recursos para a promoção da primeira campanha do cobertor da instituição, conforme noticiado pelo Jornal Monitor Campista:

Uma nova campanha foi lançada nesta cidade. Fundou-se a pouco, como se noticiou, o Serviço de Assistência São José Operário, constituído por um grupo de prestigiosas senhoras de nossa sociedade. Agora, a presidente desta nova entidade de benemerência, sra. Nídia de Albernaz Santos, acaba de comunicar que o serviço vai começar a Campanha do Cobertor, destinada a conseguir agasalhos para a população desprovida de recursos para enfrentar o inverno [...]. Para angariar fundos com que possa atender à sua finalidade, o Serviço de Assistência São José Operário promove um jantar, para o dia 03 no Automóvel Club, jantar este que será abrihantado pela orquestra do professor Luiz Reis (LANÇADA..., 1956, p. 2).

Parte dessas doações era confeccionada pelas próprias mulheres, às quartas-feiras, dia que separavam para costurar, bordar e confeccionar roupas, enxovais de bebês, e lençóis para serem distribuídos no Natal. Há registros, em atas de médicos da cidade, que assistiram crianças gratuitamente, a pedido do Serviço de Assistência e custearam: receitas médicas, óculos de grau, passagem para um “enfermo aleijado” e velocípede para uma criança com paralisia infantil.

No período da segunda metade do século XX, a vida social da alta sociedade campista era bem intensa, com frequentes eventos, como festas e bailes, promovidos nos salões do Automóvel Clube e do Clube Saldanha da Gama. Entre os convidados e frequentadores estavam políticos estaduais e federais. Vale ressaltar que, à época, a capital federal teve sede na cidade do



Rio de Janeiro, sendo transferida para Brasília apenas em 1960. A promoção de eventos sociais, então, foi uma frequente estratégia para angariar recursos para o SASJO.

As festas, promovidas pelo SASJO, eram frequentadas pela alta sociedade, entre elas: a “Festa Glamour Girl” (1957), as festas realizadas no Automóvel Club Fluminense, os shows e espetáculos com artistas do Rio de Janeiro, como o comediante Golias (1961), e a “Noite do Charleston” (1958). A Noite do Charleston era iniciativa conjunta, com fins beneficentes, do jornal Diário de Notícias, e das revistas sociais Mundo Ilustrado e Chuvisco, para promover bailes de gala, para a alta sociedade, por todo o Brasil, com desfiles de beleza, escolha de misses, concurso de charleston, imitações de artistas famosos, etc.

Em Campos, as moças cariocas da equipe de dança da Noite do Charleston participaram de jantares, coquetéis, nos clubes da cidade, Clube de Regatas Saldanha da Gama, Tênis Clube e Automóvel Clube. Ainda visitaram a Usina São João, de propriedade da família da fundadora do SASJO, para conhecer o processo de fabricação de álcool e açúcar, onde também foram recebidas com um jantar por essa família. Ainda foi oferecido um páreo no Jôquei Club de Campos. A programação detalhada foi publicada no jornal Diário de Notícias (NOITE..., 1958). Uma nota sobre o evento também foi publicada na Revista Feminina do mesmo periódico (NOITE..., 1958).

Em entrevista à filha da fundadora, ela se lembrou de diversos eventos promovidos em prol do Serviço de Assistência, como o show do cantor português, Francisco José, que foi bem disputado pela elite da região (LYSANDRO, 2015).

Uma das festas mais esperadas era a festa “De Tudo um Pouco”, que ocorria anualmente, geralmente no mês de junho, de caráter junino. A variedade da festa justifica o seu nome, pois tinha diversas atrações. Promovida pelas Damas de São José, não restrita à elite, mas aberta à comunidade com a cobrança de uma entrada, visava contribuir para a campanha do cobertor e para a construção de um Educandário para cegos.

Vem aí a grande promoção do Serviço de Assistência São José Operário, que terá a barraca Brotolândia Campista, a qual será mais uma atração ‘De tudo um pouco’, uma promoção tradicional e vitoriosa da incansável presidente Nídia Lyzandro dos Santos, [...] com uma movimentada quadrilha infantil. Essa barraca que

tem como 'patronesses' as senhoras Hilce Ribeiro Gomes, Helena Peixoto, Salva Rabello, Arly Xavier e outras senhoras e senhoritas de nossa sociedade promete em surpresas e originalidade (ALEXANDRE, 1961, p. 2).

Eletricistas e funcionários das usinas da família Lysandro trabalhavam no que fosse preciso para a estrutura da festa, explicou a filha da fundadora, em entrevista (CARDOSO, 2016). A festa tinha um estilo caipira e cada grupo de mulheres da diretoria e das conselheiras ficava responsável por uma barraca. Havia barracas com chocolate quente, biscoitos amanteigados, bolos, churrascos e de brincadeiras. A presidente da instituição promovia um festival entre as barracas.

A fundadora também ia às fazendas das usinas e pedia aos respectivos administradores doações para a barraca do leilão. Entre os animais doados que iam para leilão, havia perus e porcos. No caso do leilão, a competição ficava entre os maridos das damas, o que favorecia para que essa barraca tivesse um bom lucro.

Os critérios para ser a barraca campeã da noite eram: a que obtivesse o maior lucro, a que tivesse maior criatividade, a melhor ornamentação. As vencedoras ganhavam flores e prêmios diversos. No final da festa, as barracas revertiam o lucro para o Serviço de Assistência São José Operário. Além das barracas, havia shows e quadrilha.

Mulheres da alta sociedade eram convidadas para patrocinar os eventos, as chamadas patronesses. Ao mesmo tempo que cooperavam com o Serviço de Assistência, tinham suas ações de benemerência registradas nas colunas sociais dos jornais. Deve ser lembrado que os esposos das mulheres que colaboravam com o Serviço de Assistência eram homens de posses, representantes da elite local, que também contribuíam com significativos donativos.

Não se pode deixar de mencionar os tradicionais chás de caridade realizados nas residências das sócias. Nessa época, era comum as mulheres se reunirem para jogar biriba. A fundadora do SASJO promovia uma noite de jogos de cartas na sua residência, na Usina São João. Sua filha contou, em entrevista (LYSANDRO, 2015), que os dois andares ficavam repletos de mesas, para quatro pessoas, sendo algumas delas separadas para o pôquer, jogado pelos homens.

Cada mesa se comprometia a doar um valor para o SASJO, uma espécie de ingresso para participar do evento. Sem perder oportunidades,



a fundadora passava com uma cestinha pedindo também contribuição dos jogadores abastados, vencedores do jogo de pôquer. Um jantar era servido na noite de jogos e o cardápio era já era uma tradição e muito esperado todos os anos.

Nídia Lysandro, em entrevista a Cunha (2007), registrou que o prestígio de sua família contribuía para o sucesso dos eventos, por eles, promovidos:

As usinas eram fábricas de produzir dinheiro e uma família como a nossa, que possuía duas, era uma coisa. Tudo que precisávamos para organizar qualquer evento, conseguíamos com a maior facilidade. Era só pedir que todos faziam questão de nos atender. Você não pode avaliar... tínhamos muito prestígio (ALBERNAZ apud CUNHA, 2007, p. 81).

Os eventos sociais oferecidos pelas mulheres da diretoria e as conselheiras, recebendo amigas em suas próprias casas, além de ser uma maneira de angariar recursos para o Serviço de Assistência São José Operário, era uma forma de proporcionar momentos de entretenimento para a sociedade campista, firmando e alargando as redes sociais e suas conexões.

Ademais, os eventos também constituíam uma forma de promover amplamente o projeto de construção de um educandário para cegos, conforme explicitado adiante, considerando também que eram noticiados nos jornais de circulação local e regional. "Para a filantropia, os periódicos tornaram-se "bons sócios", por divulgarem as ações das diversas sociedades. Era por meio deles que se fazia recolhimento de subscrições públicas, conclamava-se a sociedade para uma ação determinada etc" (SANGLARD, 2003, s.p).

15

## **A missão de fundar um Educandário para os cegos**

O Serviço de Assistência São José Operário está realizando uma obra maravilhosa: a construção do Abrigo do Cego. Pelas plantas observadas e pelos planos expostos pela D. Nydia Lysandro Santos, todos ficaram satisfeitos por terem contribuído, de algum modo, para tão elevado propósito (CAMPOS..., 1958, p. 3).

Os jornais da época anunciavam o projeto de uma instituição para Cegos. A fundadora contou, em entrevista (SANTOS, 2016), que uma tia

de seu esposo, farmacêutica, possuía baixa visão, e a estimulou a oferecer atendimento a crianças cegas, por meio do Serviço de Assistência São José Operário, já que, em Campos e na região fluminense, até aquela data, não havia alguma iniciativa em prol desse público, sendo o Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro a instituição mais próxima, que, por sinal, não conseguia atender à demanda, principalmente do interior.

A proposta foi apresentada pela presidente e aprovada pela diretoria do SASJO. Na oportunidade, a “[...] presidente solicitou que as diretoras trabalhassem com carinho e afinho para a construção de uma casa de proteção e recuperação dos cegos” (LIVRO DE ATAS DO SASJO, 1957, p. 7).

Então, a partir desse ano de 1957, o SASJO começou a desenvolver ações e estratégias para a construção de uma Casa para Cegos.

Um grupo de senhoras e senhoritas das mais abnegadas cuidam da construção da futura Casa de Proteção dos Cegos, tendo à frente a figura dinâmica e incansável da Sra. Nídia Lysandro dos Santos. Vem aí a tradicional promoção ‘De tudo um pouco’, sem favor algum, uma demonstração de prestígio e força de vontade das benfeitoras do movimento (ALEXANDRE, 1961, p. 4).

16

Além da promoção de festas e eventos, uma das iniciativas tomadas pela presidente da associação foi realizar visitas a instituições envolvidas ou especializadas na educação e no atendimento assistencial do cego.

A presidente buscou orientações na Escola de Serviço Social (Niterói). Visitou, também, a Associação Fluminense de Amparo ao Cego (Niterói) e o Instituto Benjamin Constant (Rio de Janeiro). O jornal *O Fluminense* tomou nota dessas visitas:

Estiveram em visita à Escola de Serviço Social deste Estado, na manhã de ontem, a sra. Nídia Lisandro Albernaz Santos e a srt. Zina Bittencourt Teixeira de Carvalho, de Campos, que se demoraram palestrando com a diretora do estabelecimento, professora Violeta Campofiorito Saldanha da Gama, também presidente da Cruzada de Recuperação e Assistência ao Cego Fluminense. Prendeu-se a visita ao programa liderado pela sra. Nídia Lisandro de Albernaz Santos, presidente do Serviço de Assistência São José Operário, no sentido de promover assistência ao invisual. Desejando organizar seu trabalho de acordo com a técnica do Serviço Social, buscou a orientação da E.S.S. Na véspera, visitara o Instituto Benjamin Constant, também na companhia da sra.





Zima de Carvalho, que é professora e 'glamour girl' de Campos. A presidente da C.R.A.C.E.F e diretora da Escola de Serviço Social aceitou convite para visitar aquela cidade, onde, brevemente, será realizado um 'Curso Braille' para visuais, promovido pelo Serviço de Educação Especial, através da Inspeção de Ensino do município. A presidente do Serviço de Assistência São José Operário e a 'glamour girl' campista estiveram também na Associação Fluminense de Amparo ao Cego, a convite da professora Violeta Campofiorino Saldanha da Gama (CUIDANDO..., 1957, p. 1).

Por meio dessa nota, percebe-se que havia um interesse da fundadora em profissionalizar o serviço que seria oferecido aos cegos ao buscar orientação da Escola de Serviço Social. Visitou também o Hospital Banco de Olhos (Porto Alegre), o Departamento de Reabilitação do Cego do Hospital das Clínicas (São Paulo), a Fundação para o livro do cego do Brasil (São Paulo)<sup>5</sup>, o Instituto de Cegos Padre Chico (São Paulo)<sup>6</sup>, o Instituto para Cegos Santa Luzia (Porto Alegre)<sup>7</sup>; e, na França, a Casa-Mãe da Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, em Paris (LIVRO DE ATAS DO SASJO, 1962).

Essas duas últimas instituições brasileiras são vinculadas à ordem católica vicentina e possuem uma tradição na educação de cegos; e a instituição francesa, trata-se da Casa-Mãe dessa ordem de caridade. Em ata, após a informação sobre as visitas, registrou-se que D. Nídia "[...] voltou entusiasmada com o interesse que vem despertando e desenvolvendo no Brasil pelos problemas dos cegos".

As visitas da fundadora às instituições vicentinas podem indicar que havia uma intenção em conhecer melhor o trabalho desenvolvido por essa congregação religiosa com os cegos. Tal interesse, levou-a a visitar a Chapelle Notre Dame de La Médaille Miraculeuse, a Casa-Mãe da Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, em Paris e, também, a manter contato com a superiora geral das Filhas de São Vicente de Paulo, no Brasil, a Notre Mère Antoinette Marie Clearance Blanchot<sup>8</sup>. Por fim, Nídia convidou a Ordem de Caridade vicentina para assumir a Direção do Educandário de Cegos, que estava para ser inaugurado, e solicitou que a Ordem pudesse enviar irmãs para trabalhar com os cegos em Campos (CARDOSO, 2016).

Após conhecer o projeto do Educandário, a solicitação foi atendida pela madre superiora, tendo sido acordado que haveria a transferência do imóvel, por doação, para a Ordem vicentina, desde que elas "[...] se

comprometessem a prestar toda assistência e cumprir com as finalidades previstas no Estatuto do SASJO” (LIVRO DE ATAS DO SASJO, 1962, p. 33). Mãe Blanchau esteve em Campos para a inauguração do Educandário.

No município de Campos/RJ, há registro da fundação de uma Sociedade Vicentina, em 1882, a Conferência de São Salvador e, em 1895, a Conferência de São Francisco de Assis (SOUSA, 2014). Contudo, a congregação vicentina feminina estabeleceu-se em Campos somente em 1963 para administrar o Educandário para Cegos São José Operário (CARDOSO, 2016). Uma irmã vicentina foi enviada direto da Casa Central para acompanhar as últimas instalações do Educandário de Cegos, ficando acolhida na Casa das Filhas da São Vicente de Paulo, localizada na Usina São João, de propriedade da família de D. Nídia (LIVRO DE ATAS DO SASJO, 1963).

Outra medida providenciada pela presidente foi a encomenda do projeto do educandário com um engenheiro civil, rotariano, que entregou o projeto da construção da Casa de Proteção e Recuperação de Cegos, devidamente aprovado pela prefeitura municipal, no espaço onde seria construída a sede do Educandário, local onde permanece, ainda hoje, desenvolvendo suas atividades.

18 O terreno para a construção do educandário foi cedido pela prefeitura municipal de Campos, conforme condição da “[...] minuta do Termo de autorização elaborado pela consultoria jurídica da municipalidade onde consta a obrigação de murar e o risco de reversão para a prefeitura, de todas as benfeitorias, na hipótese de fugir a instituição às suas finalidades” (LIVRO DE ATAS DO SASJO, 1959, p. 17v-18). A respeito das instituições assistenciais, Yamamoto e Carvalho (2014, p. 176) afirmam que “[...] são raras as instituições cujas sedes não se assentam em terrenos doados pelo Estado, sendo que diversas recebem subvenções governamentais praticamente desde a sua fundação [...]”, característica, esta, presente no SASJO.

O novo bairro do Turfe-Club, na então periferia urbana do município, local onde se localizava o terreno onde viria a ser construído o Educandário, ainda compartilhava seu espaço com o plantio de cana e possuía infraestrutura precária, embora fizesse parte do projeto de urbanização da cidade. O vereador Martins de Lima, na sessão da câmara dos vereadores de Campos, de 1.º de fevereiro de 1956, reivindicou ao Superintendente dos Serviços Industriais do Norte do Estado (SINE), Ariosto Rabelo, que os trabalhos de rede de água e esgoto fossem estendidos à população desse bairro (EM PÉSSIMO..., 1956).



O bairro foi beneficiado com iluminação em 16 ruas, posteriormente, em 1961 (TURF-CLUB..., 1961).

Foi manchete no *Correio da Manhã* que a Câmara Municipal de Campos havia promulgado a Resolução que autorizava o SASJO “[...] a construir em Turf um abrigo para cegos” (ABRIGO, 1957, p. 4). Cimento e tijolos foram doados e adquiridos por meio de campanhas locais.

A pedra fundamental do prédio do Educandário para Cegos foi lançada em 7 de novembro de 1959, marcando o início efetivo da obra no terreno, mobilizando diversas personalidades do cenário local e nacional, o que sinaliza mostras das influências sociais e políticas do grupo fundador.

Entre essas personalidades, estavam um padre representando a Diocese de Campos/RJ, o Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Campos, em nome dos juizes da cidade, os representantes de Clubes de Serviço Rotary Club e Lions Club de Campos, e do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. (LIVRO DE ATAS DO SASJO, 1959).

Outra presença de destaque foi a do professor Jorge Veiga, representante da Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficitários Visuais do MEC, que, na oportunidade, comprometeu-se em colaborar com as orientações e conclusão da obra. É importante também ressaltar a presença do Diretor da Comissão de Orientação Técnica e Social da Cruzada de Recuperação e Assistência ao Cego Fluminense (CRACEF)<sup>9</sup>, Admar Augusto de Mattos (LIVRO DE ATAS DO SASJO, 1959).

O periódico *Monitor Campista*, ao noticiar evento, afirmou ser a única instituição do gênero no norte do Estado (PEDRA..., 1959, p. 1 e 6).

## Subvenções públicas e políticas sociais

O reconhecimento da instituição por órgãos oficiais é identificado pelas concessões de títulos oferecidos ao Serviço de Assistência, como o de utilidade pública pela Câmara Municipal de Campos, pela Deliberação n.º 561, de 10 de agosto de 1956, assinada pelo prefeito João Barcelos Martins; e o de utilidade pública pelo governo do estado do Rio de Janeiro, por meio da Lei n.º 2.939, de 21 de agosto de 1956, conforme sanção do governador Miguel Couto Filho. Obteve também registro no Conselho Nacional de Serviço Social, em 17 de setembro de 1956, sob o n.º 99.830.

Além dos donativos já mencionados, parte dos recursos da instituição era proveniente de subvenções concedidas pelo poder público, nos âmbitos municipal, estadual e federal. O governo do estado do Rio de Janeiro, por exemplo, promoveu a chamada Operação Juraci Magalhães. Tal iniciativa visava recolher uma porcentagem do dinheiro arrecadado pelo jogo do bicho para repassar às instituições filantrópicas.

No início de seu governo, reprimiu a prática fechando várias casas de jogos; mas, após pesquisas de opinião, que segundo o *Jornal Correio da Manhã*, revelaram que 95% da população era a favor do jogo, retroagiu. A Operação Juracy Magalhães, em homenagem ao chefe do Governo da Bahia, primeiro a legalizar o jogo, consistia em obrigar banqueiros a contribuir com uma quota razoável para as instituições de caridade. A matéria do jornal afirma:

Hoje, a 'Operação' canaliza para as entidades de amparo à infância e à velhice desamparadas uma importância variável de 2,5 a 3 milhões de cruzeiros mensais, distribuídos por um delegado de inteira confiança do governador [...] distribuídos por 190 casas de caridade (SINAL..., 1960, p. 8-9).

20

Em Campos, várias obras sociais receberam donativos dessa iniciativa, inclusive, o Serviço de Assistência São José Operário. O jornal *Diário Carioca* (1960) noticiou que, naquele ano de 1960, 26 instituições haviam sido beneficiadas:

Não menos que 26 entidades de beneficência em Campos receberão, ainda este mês, das mãos do governador Roberto Silveira donativos resultantes da 'Operação Juraci Magalhães', arrecadados pela Comissão Popular de Assistência Social de Campos, presidida pela Sra. Josefa São Paulo Meireles. Os pagamentos, segundo o critério adotado pela comissão, passarão a ser feitos em parcelas mensais, mediante cheques donativos consignados aos diretores das entidades contempladas. As entidades beneficiadas receberão um total de CR\$ 1 milhão e são as seguintes: Lar Cristão, Abrigo João Viana, Casa da Criança, Abrigo dos Pobres, Abrigo do Carmo, Creche Nossa Senhora de Fátima, Creche Dr. Phillippe Uebe, Creche São Vicente de Paulo, Orfanato Lausé, Asilo Nossa Senhora da Lapa, Serviço de Assistência São José e Serviço de Assistência São José Operário. Instituto Dom Bosco, Grupo Espírita Amigo da Criança, Casa da Amizade, Associação das Damas



de Caridade, Congregação dos Redentoristas de Campos, Grupo Espírita Aarei, Liga Campista e Norte Fluminense de Combate ao Câncer. Assistência Social Paróquia do Saco, Oratório Festivo Laura de Vicunha, Albergue Noturno São Francisco de Assis, Obra do Berço, Associação de Proteção à Infância e Lion's Clube (OPERAÇÃO..., 1960, p. 10).

O governador visava diminuir a interferência do estado por meio de Comissões Populares de Assistência Social:

O Sr. Roberto Silveira procura aperfeiçoar o aparelho arrecadador-distribuidor, de forma a isentar aos poucos o governo de toda sua interferência na atividade. A fórmula encontrada é a formação de Comissões Populares de Assistência Social, integradas pelos dirigentes de entidades assistenciais em cada município e a fiscalização se exerça também automaticamente. Essa modalidade já se observa em Campos e em Cantagalo (onde o vigário é administrador da renda) e se vai aplicar em Barra Mansa (SINAL..., 1960, p. 8-9).

No ano seguinte, a suspensão do donativo foi lamentada por Josefa São Paulo Meireles – supervisora da Comissão Popular de Assistência Social de Campos (cargo de confiança do governador Roberto da Silveira), dirigente de oito instituições de assistência social em Campos e presidente por 10 anos da Legião Brasileira de Assistência (LBA) em Campos, em entrevista ao periódico *A noite* na matéria intitulada “Mais de 400 instituições de assistência social prejudicadas com a suspensão da chamada Operação Juracy Magalhães”:

Lamentamos que alguns políticos desinteressados da sorte dos que sofrem hajam compelido o governador Roberto da Silveira a suspender a ‘Operação Juracy Magalhães’. É necessário convir que mais alto do que os políticos desvairados pela paixão partidária, falam os superiores interesses dos que na infância ou no poente da vida se veem na contingência de recorrer a obras de assistência social (MAIS DE..., 1961, p. 5).

Outra subvenção registrada, concedida pelo estado do Rio de Janeiro, foi um auxílio de 5 milhões de cruzeiros para as obras da instituição, cujo agradecimento ao governador do estado, pela presidente do Serviço de Assistência, foi publicado no jornal *Última Hora*:

Somente o elevado espírito de compreensão de Vossa Excelência poderia proporcionar às obras da aludida instituição essa ajuda tão valiosa. Queira aceitar os nossos sinceros agradecimentos. Nídia Lisandro de Albernaz, presidenta do Serviço de Assistência São José Operário (POVO..., 1960, p. 4).

O Conselho Estadual de Serviço Social também julgou favorável o pedido de subvenção do SASJO, em 1961. Em âmbito federal, foi identificada a concessão de subvenções do Ministério da Saúde, do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), e da Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficitários Visuais, todos destinados à construção do educandário para os cegos (LIVRO DE ATAS DO SASJO, 1958).

Após a representação da Campanha, na cerimônia da Pedra Fundamental (1959), um Ofício foi encaminhado pela presidente do SASJO ao Dr. Wilton Cerqueira, então presidente da Campanha Nacional de Educação e Reabilitação do Deficitário Visual<sup>10</sup> solicitando auxílio para as obras da "Casa de Recuperação dos Cegos"<sup>11</sup>, que em resposta prometeu contribuir. Tendo a presidência da Campanha sido designada à Dorina Nowill<sup>12</sup>, novo ofício foi encaminhado reiterando o pedido anterior. Dorina Nowill propôs o envio de emissários da Campanha, para conhecer e constatar as necessidades da obra, para então concretizar um convênio com o Serviço de Assistência São José Operário, mantenedor do Educandário.

A visita foi realizada pelos representantes da referida campanha, Rogério Vieira<sup>13</sup> e Maria Luíza, no período da festa "De tudo um pouco", ocasião em que, conforme registrado em ata da instituição, "[...] levaram a melhor impressão da nossa obra e prometeram fazer um relatório justo sobre o que haviam visto" (LIVRO DE ATAS DO SASJO, 1961, p. 29; 30v). O convênio entre a Campanha Nacional de Educação dos Cegos e o Serviço de Assistência São José Operário foi estabelecido em 9 de agosto de 1961, assinado pela presidente do SASJO. O valor total repassado pela Campanha ao Educandário, para a sua construção, foi de 2 milhões de cruzeiros, sendo 1 milhão em 1961 e o outro 1 milhão em 1962.

O Serviço de Assistência São José Operário chegou a receber registro no Departamento Nacional da Criança (7 de julho de 1961). Criado no governo Vargas, o Departamento Nacional da Criança tinha a finalidade de fixar "[...] as bases da organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo o País" (BRASIL, 1940).



Os recursos recebidos pelo SASJO foram direcionados para a manutenção dos serviços de assistência social e para a compra de materiais e construção da sede do Educandário dos Cegos. Do lançamento da Pedra fundamental, em 1959, à inauguração do educandário em 1.º de maio de 1963, passaram-se dois anos e seis meses de construção.

Os recursos públicos destinados ao Serviço de Assistência São José Operário evidenciam as características das políticas sociais do período, marcadas pela estreita relação com as instituições privado-assistenciais, o que gerava um contexto de vulnerabilidade para a instituição e para os assistidos, já que não havia garantia de manutenção das subvenções e, por conseguinte, da manutenção dos serviços.

## Considerações finais

Este trabalho se propôs a compreender o percurso e o significado social do Serviço de Assistência São José Operário, num contexto de interior do estado do Rio de Janeiro, nos anos iniciais de sua fundação, a partir de 1956, até 1963, quando implantou um educandário para cegos.

As reflexões metodológicas de Magalhães (1998) contribuíram, nesta pesquisa, para direcionar a análise do percurso e do significado social do SASJO. Nesse sentido, tornou-se imprescindível compreender: a conjuntura nacional e local da política desenvolvimentista; as culturas institucional e social, que permeavam e formavam a associação; a identificação dos sujeitos ligados ao SASJO, suas práticas e expectativas.

No período das décadas de 1950 e 1960, identificaram-se diversas instituições privadas que ofereciam serviços de assistência social à população de Campos e região. Naquele momento, havia um incentivo do poder público pela prática da ação social, o que, de um lado, ampliou e fortaleceu os Cursos de Serviço Social e, de outro, as práticas filantrópicas. Sem dúvidas, havia uma aceitação da prática da filantropia pela sociedade, já que os beneméritos abastados, de certa forma, almejavam aumentar seu prestígio social ao promover a construção de uma cidade desenvolvida, que implicava o combate à pobreza.

O percurso do Serviço de Assistência São José Operário, em especial, merece atenção pois, apesar de haver iniciado com ações sociais isoladas, ampliou o seu serviço de assistência aos pobres com a fundação de

um Educandário para Cegos, cujo funcionamento, em meio às crises e modificações estruturais, vem se prologando desde 1956 até a presente data.

Nota-se, ainda, que o projeto de assistência social das “Damas de São José” foi desenvolvido em um período favorável para a expansão das instituições filantrópicas, pois a perspectiva política desenvolvimentista promovida por Juscelino Kubitschek promovia uma linha de ação estratégica de parcerias com essas instituições, incluindo um estreitamento com a igreja católica e o fortalecimento dos Cursos de Serviço Social.

A trajetória escolar da fundadora em colégios femininos católicos, coordenados por freiras, contribuiu para a sua formação e referência religiosa fundamentada em princípios cristãos de caridade, e na escolha de uma rede de contatos significativos para o andamento do projeto social, a exemplo do pedido de orientação à sua ex-mestra de classe do Colégio Sacré-Coeur de Marie, no Rio de Janeiro; do apoio da diocese campista, nas orientações sobre a organização da instituição e da elaboração do estatuto; e do apoio da Ordem francesa das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo, ao consentirem em coordenar a instituição.

Ressalta-se que a busca da fundadora por orientação do Curso de Serviço Social também aponta para uma prática social que mesclava a caridade com a profissionalização.

O fato de pertencer à elite campista, certamente também cooperou para fortalecer e ampliar a sua rede de sociabilidade que apoiou e financiou grande parte da Obra social e da construção do Educandário para cegos. Inclui-se, nessa rede, seu pai, que exerceu diversos cargos de notoriedade social, principalmente como industriário do açúcar e como deputado federal. Vale lembrar que, até 1960, o distrito federal localizava-se no Rio de Janeiro o que favorecia a aproximação das sedes de órgãos federais e de vínculos políticos.

Em relação ao significado social da instituição, se por um lado pôde-se perceber que a prática da filantropia pela elite campista tinha um aspecto de virtude social, por outro, havia um interesse desse grupo de se destacar socialmente. Isso justifica a publicidade das doações, principalmente nas colunas sociais dos jornais impressos.

Apesar de se identificar uma continuidade nas práticas sociais do Serviço de Assistência São José Operário, no período analisado, não havia uma garantia de permanência da prestação do serviço por não se tratar de





uma política social de Estado, o que deixava a instituição e o público assistido em situação de vulnerabilidade, já que as subvenções, de órgãos dos âmbitos federal, estadual e municipal, poderiam ser suspensas, além de ter uma dependência na fidelidade de doadores particulares.

## Notas

- 1 Atualmente denominado Campos dos Goytacazes com a publicação da lei municipal nº 559, de 16 de outubro de 1986, homologada pela lei municipal nº 1371, de 24 de outubro de 1988.
- 2 Nesse período foi inaugurado o Sanatório para Tuberculosos (1951; o aeroporto (1952), denominado Bartholomeu Lyzandro, em 1957; o Cine Goitacá (1954); o Hipódromo Linneo de Paula Machado (1957), a primeira linha de ônibus elétricos, conhecidos como Tróley-bus (1958) e foi criada, em 1959, a Escola Técnica Federal de Campos (CARVALHO, 1991).
- 3 Entrevistas concedidas à autora deste trabalho e registradas nas referências.
- 4 A imprensa registrou sua fala: “[...] na árdua indústria canvieira, trabalham diretamente ou indiretamente, centenas de milhares de brasileiros, que S.S., sem o querer, atiraria numa situação de miséria”. Neste instante, o orador desfalece” (MORREU..., 1956, p. 2).
- 5 Fundada por Dorina Nowill. Atualmente, denominada Fundação Dorina Nowill para Cegos.
- 6 Instituição especializada particular fundada em 1928.
- 7 Instituição especializada particular fundada em 1941.
- 8 Subordinada à Superiora Geral da Casa-mãe, em Paris.
- 9 A presidente executiva à época era Violeta Campofiorito de Saldanha da Gama, uma das primeiras alunas e diretora da Escola de Serviço Social de Niterói e uma das fundadoras da Escola de Serviço Social de Campos.
- 10 Denominada Campanha Nacional de Educação dos Cegos, a partir de 1960.
- 11 Assim denominado em alguns momentos nas atas da instituição.
- 12 Dirigiu a Campanha Nacional de Educação dos Cegos de 1961 a 1973.
- 13 Assessor jurídico da CNEC.

## Referências

- ABRIGO. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 4, 15 set. 1957. (1.º Caderno).
- ALEXANDRE, Antônio. **Folha do Comércio**, Campos/Rio de Janeiro, p. 4, 19 maio 1961. (Coluna Sociedade em Revista).
- \_\_\_\_\_. **Folha do Comércio**, Campos/Rio de Janeiro, p. 2, 24 maio 1961. (Coluna Sociedade em Revista).

BRASIL. **Decreto-lei nº 2.024, de 17 de fevereiro de 1940.** Fixa as bases da organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo o País. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-2024-17-fevereiro-1940-411934-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

CAMARA, Sônia. As damas da assistência à infância e as ações educativas, assistenciais e filantrópicas (Rio de Janeiro/RJ, 1906-1930). **História da Educação**, Porto Alegre v. 21 n. 53, set./dez. 2017.

CAMPOS aplaude a noite do Charleston. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 3, 30 jul. 1958.

CARDOSO, Fernanda Luísa de Miranda. **O Serviço de Assistência São José Operário: o percurso para a fundação do educandário de cegos de Campos/RJ (1956-1963).** Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, 2016.

\_\_\_\_\_. “O espírito católico” de um educandário para cegos no interior do estado do Rio de Janeiro. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (EDUCERE), 13, 2017, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: PUCPress – Editora Universitária Champagnat, 2017. p. 16647-16659. Disponível em: <[http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24472\\_13310.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24472_13310.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2018.

26

\_\_\_\_\_. **O Educandário para Cegos São José Operário: cultura escolar e políticas educacionais – Campos/RJ – décadas de 1960 e 1970.** 2018. 245f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2018.

CARDOSO, Fernanda Luísa de Miranda; MARTÍNEZ, Silvia Alicia. Serviço de Assistência São José Operário: A construção de um educandário para cegos de referência no interior do estado do Rio de Janeiro (1956-1963). In: OLIVEIRA, Elaine Ferreira Rezende de; CARREIRO, Heloisa Josiele Santos (Org.). **Seminário Vozes da Educação 20 anos: memórias, políticas e formação docente.** São Gonçalo: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

CARVALHO, Waldir. **Campos depois do centenário.** Itaperuna: Damadá Artes Gráficas e Editora Ltda, 1991.

CONVÊNIO com as usinas é vantajoso para o município. **Folha do Comércio**, Campos/Rio de Janeiro, p.1, 16 jul. 1960.

CUIDANDO do reajustamento social do cego – duas ilustres campistas vieram se orientar em Niterói. **O Fluminense**, Rio de Janeiro, p.1, 9 nov. 1957.



CUNHA, Juliana Blasi. **Atafona**: formas de sociabilidade em um balneário na região-norte-fluminense. 2007. 141f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Pós-Graduação em Antropologia/Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2007. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp042437.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

EM PÉSSIMO estado sanitário o bairro Turfe Clube. **Monitor Campista**, Campos/Rio de Janeiro, p. 3, 2 fev.1956.

FRANCISCO, Quésia de Souza. **A agroindústria canvieira de Campos-RJ e os royalties do petróleo a partir da percepção dos atores**. 2009. 127f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. v. 22. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

INEP. **A educação nas Mensagens Presidenciais** (1890-1986). Brasília: INEP, 1987. (v.II). Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalleObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=28749](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalleObraForm.do?select_action=&co_obra=28749)>. Acesso em: 12 out. 2015.

LANÇADA pelo Serviço de Assistência S. José Operário a Campanha do Cobertor. **Monitor Campista**, Campos/Rio de Janeiro, 1º. maio 1956.

LIVRO DE ATAS DO SASJO. **Ata da reunião realizada em 11 de agosto de 1961**, p. 29; 30v.

LYSANDRO, Maria Eugênia. **Entrevista**. Campos (Rio de Janeiro), 3 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Ata da reunião realizada em 02 de abril de 1963**, p. 37.

\_\_\_\_\_. **Ata da reunião realizada em 02 de maio de 1959**, p. 17v-18.

\_\_\_\_\_. **Ata da reunião realizada em 03 de julho de 1957**, p. 7v.

\_\_\_\_\_. **Ata da reunião realizada em 04 de abril de 1962**, p. 32v-33.

\_\_\_\_\_. **Ata da reunião realizada em 07 de novembro de 1959**, p. 20-21.

\_\_\_\_\_. **Ata da reunião realizada em 1º de maio de 1956**, p. 2v.

\_\_\_\_\_. **Ata da reunião realizada em 18 de junho de 1958**, p.12-12v.

\_\_\_\_\_. **Ata da reunião realizada em 1º de maio de 1956**, p. 1.

MAGALHÃES, Justino. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUZA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Bárbara (Org.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, 1998.

\_\_\_\_\_. Entre história e educação – historiografia e história da Educação em Portugal e Brasil. In: ALVES, Luís Alberto Marque; PINTASSILGO, Joaquim (Coord.). **Investigar, intervir e preservar em História da Educação**. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória/ HISTEDUP – Associação de História da Educação de Portugal, 2017. p. 17-44. Disponível em: <[http://web3.letras.up.pt/colubhe/wp-content/uploads/2017/04/Investigar\\_IMP.pdf](http://web3.letras.up.pt/colubhe/wp-content/uploads/2017/04/Investigar_IMP.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2018.

MAIS DE 400 instituições de assistência social prejudicadas com a suspensão da chamada “Operação Juracy Magalhães”. **A noite**, Rio de Janeiro, p. 5, 19 jan. 1961.

MARTÍNEZ, Silvia Alicia; CARDOSO; Fernanda Luísa de Miranda. Em terra de usinas e canaviais: Serviço de Assistência São José Operário - uma instituição para deficientes visuais (1956-1963). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO(COLUBHE). **Anais eletrônicos...** Porto: CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2016. p. 511-525. Disponível em: <<http://web3.letras.up.pt/colubhe/actas/eixo4.pdf>>. Acesso em 20 ago. 2018.

MORREU na tribuna o deputado Bartolomeu Lisandro. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, p. 2, 8 jun. 1956 (1.º seção).

NOITE do Charleston. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 15, 17 jul. 1958, (Revista Feminina).

NOITE do Charleston: sábado, em Campos. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 3, 23 jul. 1958.

OPERAÇÃO Juraci em Campos este mês. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 10, 18 set. 1960.

ORLANDO, Evelyn de Almeida; SANTOS, Márcia Izabel dos. O legado educacional da Congregação Nossa Senhora de Sion no Paraná. **Notandum**, São Paulo/Porto, n.º 42, set-dez 2016. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/notand42/4%20legado.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

PEDRA fundamental da Casa de Recuperação dos Cegos. **Monitor Campista**, Campos/RJ, p. 01, 06 e 07 nov. 1959.

POVO de Campos agradece ao governador. **Última Hora**, Rio de Janeiro, p. 4, 1.º nov. 1960.



SANGLARD, Gisele. Filantropia e assistencialismo no Brasil. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 1095-1098, 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702003000300017&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702003000300017&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 1 out. 2017.

SANTOS, Nídia Lysandro de Albernaz dos. **Entrevista**. Rio de Janeiro, 21 nov. 2016.

SASJO. SERVIÇO DE ASSISTENCIA SÃO JOSÉ OPERÁRIO. **Livro de Atas**. Campos/Rio de Janeiro: 1956-1963. (Manuscrito).

\_\_\_\_\_. **Estatuto do Serviço de Assistência São José Operário**. Campos/Rio de Janeiro, 1956.

SERÁ fundado em Campos um núcleo do Lions Club. **Monitor Campista**, Campos/Rio de Janeiro, p. 1, 1.º maio 1956.

SINAL verde para o jogo do bicho no estado do Rio. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 08-09, 26 ago. - 1.º set. 1960. (Suplemento Intergráfico – SINGRA – Secção ilustrada, v. 24, n.º 436).

SOUSA, Horacio. **Cyclo Aureo**: história do 1.º centenário de Campos – 1835-1935. Campos do Goytacazes: Essentia, 2014.

TURF-CLUB está recebendo iluminação pública. **Folha do Comércio**, Campos/Rio de Janeiro, p. 1, 15 jul. 1961.

YAZBECK, Maria Carmelita. Estado e políticas sociais. **Praia Vermelha**: estudos de política e teoria social. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/ Escola de Serviço Social. 2008. (v.1, n.18). Disponível em: <<https://revistapraiavermelha.wordpress.com/edicoes-anteriores/>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

Ms. Fernanda Luísa de Miranda Cardoso  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Brasil)  
Integrante do Grupo de Pesquisa CNPq Educação, Sociedade e Região  
Campos dos Goytacazes – Rio de Janeiro  
E-mail: fernandaluisa@gmail.com